

dos de projeção do Instituto Pereira Passos, é o que está em vermelho. Então, área de planejamento 1 é Centro Portuário de Santa Teresa; área de planejamento 2 é Zona Sul e Grande Tijuca, o círculo de classe média; área de planejamento 3 é a zona suburbana; área de planejamento 4 é barra e Jacarepaguá; e área de planejamento 5 é Santa Cruz, Campo Grande, Bangu e Realengo. O que a gente vê? E agora, vê isso dramaticamente, precisamos ter uma política de moradia no centro do Rio agora isso mais urgente. A prefeitura está dando, o Eduardo Paes está dando prioridade a isso, enfim, antes tarde do que nunca, acho que já devíamos ter feito isso, inclusive, de habitação social.

E, na P5, você precisa atividade produtiva, então, eu saúdo essa planta nova da Fiocruz em Santa Cruz, nós temos um terminal de contêineres ali em Itaguaí que pode ser uma âncora, porque a indústria adora se instalar retroárea de porto, de contêiner. E discutir todo o planejamento portuário no Estado do Rio de Janeiro, onde tem vários portos, estamos em um Estado litorâneo, qual é o papel do Porto do Rio que de alguma forma está engargalado pela cidade. O que existe, quer dizer, a reivindicação em Maricá, o de Macaé, Angra. O Porto do Açú que eu acho que é uma herança bem dita aí do Eike e que pode ter um projeto ali se for organizado, se tiver a preocupação com políticas sociais realmente muda a cara daquela região. Se tiver ferrovias chegando ali, mas precisa de planejamento.

Na verdade, o nosso estado é metropolitano. Essa tabela mostra população por cada região de governo, o peso da população no RJ, do emprego, do total de emprego, do peso do emprego, total do PIB, o peso no PIB. A gente vê aqui, por exemplo, quer dizer, no Noroeste, o peso da população é maior que o peso do emprego e do que o PIB, quer dizer, mostra pouca densidade econômica. A mesma coisa no total da Serrana. A mesma coisa nas Baixadas Litorâneas, mesmo com o Petróleo ali que infla o PIB, mostra também como nas Baixadas Litorâneas o peso do petróleo já caiu. Já o Médio Paraíba é o contrário, porque tem uma estrutura industrial um pouco melhor, o centro sul também um pouquinho melhor, também mostra população com um peso maior do que emprego e PIB. E a Costa Verde você tem o peso do PIB alto, porque na verdade em frente a Paraty você tem uma plataforma. No Norte fluminense você tem ainda a Bacia de Campos inflando isso.

Se a gente olhar, por exemplo, Búzios, o peso da indústria no PIB de Búzios é absurdo e a gente sabe que não tem indústria em Búzios. Então, é cidade de PIB municipal a gente também precisa olhar com muito cuidado.

A gente precisa pensar, quer dizer, uma política para o Estado, onde a cidade seja um Hub, do meu ponto de vista tem que parar com essa bobagem de falar em duas capitais, o Rio voltar a ser capital, a disensão. Acho que não faz sentido. O nosso desafio é como integra a economia do estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio ser um hub, ter uma política metropolitana que diminua a desigualdade.

A Assembleia Legislativa votou uma bela lei de Câmara Metropolitana, infelizmente, o governador anterior achou que ia usar a Câmara Metropolitana e ele ia mandar sozinho e conseguiu não fazê-la funcionar, mas a gente precisa urgentemente de uma política metropolitana, uma política por região de Governo e precisa também discutir essa regionalização. Porque se a gente pega, por exemplo, onde é que está Rio das Ostras? Está na Baixada Litorânea, e na verdade, ele se relaciona muito mais com Macaé que está no Norte Fluminense. Será que Friburgo, Petrópolis e Teresópolis - Petrópolis agora tinha voltado para a região metropolitana, Luiz Paulo defendia isso, parece que foi ele, não sei bem como está isso. Mas, o fato é que a relação de Friburgo com Petrópolis é praticamente nenhuma. Então, estar discutindo essa territorialização e fortalecendo a Ceperj, fazendo essa discussão com ela eu acho que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Mauro.

O SR. MAURO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu estava aqui puxando a minha memória, quando fez a fusão lá em 75, nos quatro primeiros anos todo mundo dizia porque se avaliou a diversos índices que a região metropolitana representava 80% de tudo do estado, quer seja da moradia, do emprego, da renda, do PIB, etc. etc. De lá para cá se passaram mais de 50 anos, aproximadamente, e a região metropolitana continua com peso muito similar está com 75% em média, era isso em 75.

O SR. MAURO OSÓRIO - Não mudou nada. E, além disso, Luiz Paulo, pois é você tem uma crise estrutural e olha que, na verdade, o Petróleo é que gera um desvio para fora da região Metropolitana. Agora, menos porque Niterói e Maricá tem um peso do petróleo grande no PIB. Mas, fora isso, anteriormente, e esse dado aí na verdade ainda tem dados aí de 2019, mostra também que talvez essa queda de 80 no PIB para 75 é mais pela extração de petróleo em auto mar. E mais, quando a gente olhar, se eu tivesse aberto nessa tabela aqui a cidade do Rio de Janeiro a gente já vai ver que o emprego formal está, hegemonicamente, na cidade do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro tem mais emprego na indústria de formação, tirando o petróleo do que todos os demais municípios da periferia metropolitana juntos.

Então, a cidade do Rio desindustrializou menos do que se pensa, ainda tem em torno de 140 mil empregos com carteira assinada, com salário médio de R\$5 mil reais e a nossa periferia metropolitana, infelizmente, continua dormitório. Apesar até de terem pessoas boas na academia que fizeram artigos dizendo que já não era bem assim, continua dormitório e falta infraestrutura. Falta água, falta esgoto ou energia elétrica. A gente precisa de um New Deal para a nossa periferia metropolitana.

Bela observação, Luiz Paulo.

Isso aí é o petróleo. Na verdade, a gente precisa ter uma discussão de encaminhamento produtivo e a política da Petrobras, hoje, é só extrair e exportar. São dados que coletamos na base de dados da Petrobras, dados disponíveis publicamente e 70% das compras, dentro dos contratos, e o valor dos contratos, que estão no exterior; 19% no Rio de Janeiro e 11% nos demais estados brasileiros. Acho que a gente precisa ter uma política de conteúdo local. É claro que com pragmatismo, com bom senso.

A Noruega teve uma política de conteúdo local, a Nigéria não teve. Algumas pessoas vinculadas ao petróleo dizem que as duas começaram na mesma época e tiveram a trajetória absolutamente distintas. Realmente, ficar exportando commodities, não é uma coisa de bom senso, a gente precisa ter uma estratégia de industrialização. E o pré-sal está apenas começando, tem um custo de extração marginal, sem contar investimentos, fala-se na ordem de cinco dólares o barril e, hoje, está mais de 60 dólares. É claro que a gente tem que ter preocupação com a matriz energética, com a transição energética, mas o pré-sal continua a ser muito importante para o Rio de Janeiro e para o Brasil, desde que a gente consiga discutir e usar isso adequadamente, discutindo as participações especiais, como a CPI que o Deputado Luiz Paulo está presidindo, está fazendo corretamente. E a Comissão que foi criada para discutir a indústria naval e o petróleo offshore. Isso é uma das oportunidades e continua sendo no Estado do Rio de Janeiro.

Essa aí é outra discussão que temos tido com a Petrobras, com o Instituto Brasileiro do Petróleo. A gente vê um crescimento muito grande da reinjeção do gás natural no estado do Rio de Janeiro, que está a 50,1%. A Petrobras e o IBP dizem que isso é normal, que é assim mesmo, usando gás para reinjetar, para extrair mais petróleo. A gente não tem uma estrutura adequada de gasodutos, trazendo petróleo de alto mar para a terra. Além do gás, ela facilita o uso da rede de gasodutos existentes, mas não tem nenhum estímulo explícito para ampliar essa estrutura.

A Rota 3, que vai chegar em Itaboraí, deve estar pronta até o final deste ano e início do ano que vem, e isso é bom, mas a gente precisa discutir como, de fato, a gente pode usar o gás natural como instrumento de industrialização, no estado do Rio de Janeiro. Isso não está dado, isso não vai acontecer só pelas forças do privado. É preciso ter uma coordenação pública para isso e a gente precisa ter uma discussão com mais calma sobre essa questão e não ficar no festejo de que o gás, agora, vai reinvestir no Estado do Rio de Janeiro, a coisa mais complexa do que isso.

Qual é a agenda para o estado do Rio de Janeiro? A gente

precisa valorizar mais o planejamento, como o Deputado Luiz Paulo não cansa de jogar luz sobre isso, integrar as políticas públicas, ou seja, ter política de saúde, de educação, de transporte, de infraestrutura, pensar nisso a partir de um projeto do Estado.

No capitalismo, as regiões que deram certo, via de regra, tiveram a coordenação pública. Os Estados Unidos e a Alemanha tiveram, no Sec. XIX, o Japão no pós-guerra, a China, a Coreia. Então, o capitalismo, empiricamente, isso é um debate importante, eu sei, porque a visão liberal é uma visão muito forte, mas me parece que a coordenação pública é fundamental para regiões que no capitalismo daria certo.

Esteve muito em voga, nos anos 90 e início de 2000, contratar consultorias para fazer planejamento, planos estratégicos, mas acho que a gente tem que criar uma cultura de planejamento. Houve no período Cabral, Pezão, alguma iniciativa de alguns concursos de gestor público, o que ainda foi uma coisa tímida e essas prefeituras, muitas não têm a menor capacidade para fazer planejamento. Acho que a gente tinha que procurar integrar o plano plurianual estadual, os PPAS, os planos diretores, leis orgânicas, criar uma cultura, uma memória de planejamento do setor público. Fortalecer a Ceperj é fundamental.

Parabenizar Volta Redonda por ter o Instituto Municipal de Planejamento. A Prefeitura do Rio, o Instituto Pereira Passos, que têm uma idade média agora muito alta, acho que o IPP corre muito o risco com relação ao seu futuro se não fortalecer o IPP, como um nisto de IPEA com o IBGE. Maricá, recentemente, criou o Instituto Darcy Ribeiro. A gente precisa estimular a cultura de Planejamento do setor público.

Acho que essa questão da desigualdade da metrópole carioca, é muito mais centro/periferia, do que favela e não favela. Se a gente olhar o Índice de Desenvolvimento Social, que o Instituto Pereira Passos tem, a gente vai ver que nenhum dos piores IDS estão na Zona Sul, na Grande Tijuca e mesmo nas favelas. Na verdade, estão nas áreas da Zona Suburbana, de Santa Cruz, de Campo Grande e na nossa Baixada, periferia metropolitana. Essa é uma discussão importante.

Acho que temos duas metrópoles no Estado do Rio de Janeiro, onde está a classe média alta, como a Zona Sul, Grande Tijuca, Barra e Niterói. As demais regiões, com a grande maioria da população vivendo uma situação muito dramática. Até por conta de controle de milícias, de infraestrutura e saneamento, desigualdade no ensino público e na Saúde. É fundamental a gente olhar isso para termos a prioridade para enfrentamento da desigualdade na metrópole carioca que é, basicamente, uma região conturbada.

É importante fortalecer a Câmara Metropolitana, uma autarquia que foi criada do Instituto de Metrópoles. Parabenizo a Alerj, eu nem estava aqui ainda, mas teve um papel decisivo, votou uma bela lei - acho que o Eliomar estava nesse grupo - mas o conjunto da Alerj teve um peso importante nisso.

Qual é a agenda para o interior fluminense? E aí tem a questão do Açú. Fala-se muito que a indústria automobilística do estado do Rio de Janeiro já seria a segunda. Eu nunca consegui descobrir qual é a fonte disso. Pelos dados da RAS somos o sexto, em termos de emprego na indústria automobilística e de autopeças. Então, Friburgo e todas as regiões, qual a estratégia para cada uma delas.

Já coloquei a questão de priorizar, fortalecer os órgãos de pesquisa, numa região que tem pouca tradição de pesquisa regional, onde quase extinguíram a Fundação Ceperj. Acho que ela não tem que ser extinta, tem que ser fortalecida. Tem que ser priorizar a estrutura de carreira nessas instituições.

Dilemas com a renovação do Regime de Recuperação Fiscal, que a gente está discutindo. Não pode ter uma meta só fiscalista, corta, corta, corta. Temos que entender que a gente tem problema de receita. O investimento devia estar fora disso. Hoje, está ficando cada vez mais claro que para o Brasil sair da crise, e os demais países, o investimento público é absolutamente decisivo e pode ser feito.

Quando a economia tem a capacidade ociosa até emitir moeda não gera inflação, necessariamente. Se você tem capacidade ociosa, pode empregar quem está desempregado, o setor privado pode dar uma resposta rapidamente. Vamos aguardar como vai andar a política nos Estados Unidos. E, principalmente, na nossa periferia metropolitana, a gente precisa de um New Deal e o Regime de Recuperação Fiscal tem que levar em conta isso, senão a gente não vai sair, principalmente, apontando para uma dívida, a longo prazo, de mais de 300 bilhões de reais.

Ao invés de discutir o setor, por exemplo, a indústria farmacêutica - a gente está terminando o relatório que está dando muito trabalho para fazer, mas acho que está ficando bacana - a gente está achando que 450 mil empregos diretos no complexo econômico industrial da Saúde. Nisso conta saúde pública, de serviço de saúde, hospitais, saúde da família, saúde privada, a indústria farmacêutica, farmoquímica, a indústria de equipamentos vinculados à Saúde, a parte de inovação.

O petróleo e gás, na verdade, a gente não teve o boom, que alguns acham, nos anos 2.000. O petróleo é uma riqueza que vaza do Estado do Rio de Janeiro, em termos de royalties, em termos de fornecedor, vaza rejeitando gás, e a gente precisa discutir esse complexo. O Rio de Janeiro, na verdade, não tem nem o petróleo, se a gente quiser dramatizar essa discussão. Então, tem que ter o mais petróleo, além do petróleo.

É preciso pensar em atividades que têm sinergia entre si, como as vinculadas ao turismo e entretenimento, esporte, cultura e mídia. A gente fez um livro no Sebrae, há alguns anos, sobre as atividades do setor serviço, que a gente pode disponibilizar.

Eu nunca vi um governo estadual no Rio de Janeiro, discutindo com as Forças Armadas, toda a importância do ponto de vista de gasto, do ponto de vista de inovação. A construção civil aqui é importante. Se a gente pensar em um New Deal, infraestrutura, ela pode ter um peso importante. A gente ainda tem aqui a Gerdal, que trabalha com materiais para a construção civil, o que também é uma coisa importante para o estado do Rio de Janeiro.

A questão portuária, que eu estava dizendo, que estava discutindo e aprofundando uma discussão que já existe, a Secretaria de Transporte faz, mas a gerente precisa discutir mais, sobre qual é, de fato, o jogo do ganha-ganha, no portuário e no aéreo. Agora, está uma questão muito grande, do Galeão e do Santos Dumont. Tudo isso é planejamento e a gente precisa discutir com seriedade.

O estado do Rio de Janeiro nunca vai ser produtor de soja, de agricultura de grande escala, mas pode ter uma agroecologia, que é uma agricultura orgânica sem precisar de certificação, agricultura familiar. Tem o poder de compra do setor pública, na área da Educação, na área de Saúde. Até em questão da agricultura urbana, também, que está mais em voga. Saiu até uma matéria na mídia, no fim de semana, sobre isso.

Uma vez, eu estava em Friburgo e me disseram que ali naquela região de Teresópolis e Friburgo se usa defensivo agrícola em excesso e se estaria chegando a uma situação dramática. Isso precisa ser checado, de que se usa defensivo agrícola em excesso, até mais do que em outras regiões brasileiras e o trabalhador rural, que antes seguia a cavalo, depois, de bicicleta e agora de moto, e quem ficaria meio prostrado, por conta do uso de defensivo, estaria cheirando cocaína para ganhar energia. Sai de moto e sofre acidente. Então, é uma denúncia grave que a gente precisa discutir para ver se procede ou não. E como a gente pode ampliar a nossa produção.

Um dado curioso. O município, no estado do Rio de Janeiro, que tem mais gente trabalhando, na agropecuária, de acordo com o censo de 2010, é a cidade do Rio de Janeiro, mais do que Campos, que tem em torno de 9.000 e aqui tem um pouco mais de 10.000. Esperamos que saia, o mais rápido possível, o novo censo para a gente possa atualizar essas discussões. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Mauro! Eu queria que você desse somente dez minutos para mim e para a Zeidan para podermos encerrar.

O SR. MAURO OSÓRIO - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputada Zeidan, a senhora tem primazia. A senhora quer fazer uso da palavra, quer fazer alguma questão? Por favor!

A SRA. ZEIDAN - Excelente essa apresentação do Osório que, realmente, foi uma conquista, um ganho, um presente para a Alerj.

O SR. MAURO OSÓRIO - Obrigado.

A SRA. ZEIDAN - O André acertou em lhe chamar. O Osório me ajudava muito no mandato, naquela questão dos royalties, da Frente, enfim.

Nesse final, em que precisamos realmente de um censo, que vai acontecer este ano, já foi colocado pelo STF. A minha preocupação é que eu queria ter dados maiores, que me interessam, de alguns municípios específicos, que não constam no seu relatório. Mas, acho que vamos ter acesso. Você vai me mandar esses dados.

Como você colocou, em Maricá temos a Fundação Darcy Ribeiro, que eu acompanho um pouco mais de perto do que no Rio de Janeiro e em outros municípios, que trabalha essa questão da fomentação das políticas públicas de uma forma mais ordenada. A experiência que adquirimos aqui é importante para levarmos para o restante do Estado.

Agora, fiquei muito surpresa com essa questão da agropecuária ser muito grande no município do Rio de Janeiro.

O SR. MAURO OSÓRIO - Não que seja muito grande no Rio, mas é muito pequeno no resto, Zeidan.

A SRA. ZEIDAN - Estou aí na defesa da nossa agricultura familiar.

Luiz Paulo, não vou me estender. Estou aqui cheia de informações importantíssimas vindas dessa apresentação. Estou aqui anotando, registrando tudo. Acho que foi fundamental essa apresentação.

Hoje, temos uma votação na sessão, que tem a ver com a situação do restado do Rio. Realmente, está numa situação de calamidade. Esse período de Recuperação Fiscal é uma situação de calamidade e o que você tem nos ajudado aqui está sendo fundamental para termos um norte aqui na Casa.

Não tenho mais nada a acrescentar, Luiz Paulo, porque a apresentação foi bem completa.

O SR. MAURO OSÓRIO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputada Zeidan.

Eu queria solicitar ao Economista Mauro Osório que nos fornecesse a apresentação para que mandemos para os Deputados da Comissão.

O SR. MAURO OSÓRIO - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Em primeiro lugar para os Deputados aqui presentes: Zeidan, Martha Rocha e Eliomar Coelho.

Eu gostaria, no tempo que me resta, Mauro, primeiro, dizer que gostei muito da apresentação. Já conhecia alguns trechos, mas não dessa forma muito mais completa, que você apresentou hoje.

Em concordância com o senhor, ouviu, Deputada Zeidan?, quase diariamente tenho uma síncope. Vou ler o Decreto do Regime de Recuperação Fiscal, que já li duas, ou três vezes: " a Lei Complementar 158, que deu origem ao "Inconstitucional" Decreto do Presidente Bolsonaro..." está cheio de inconstitucionalidade. Verifico que o país não tem um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social. Aí, o Regime nos impõe meta fiscal quando o Estado do Rio de Janeiro, igual ao país, não tem um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social. Como se pode ter políticas públicas com êxito se não se tem esse Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social? Principalmente na área tributária.

Está ensinando para o mundo, o Presidente Biden, ao fazer um Plano Estratégico de Retomada do Crescimento, com base na logística de infraestrutura, na logística, que chamo de social, das pessoas, e com uma inserção imensa de melhoria da questão ambiental, com ênfase especificamente no veículo elétrico.

A partir daí, ele decidiu o que precisava investir - três trilhões de dólares; decidiu que precisava, primeiro, rodar dinheiro, que em linguagem popular, emitir letra do Tesouro Americano. Ato contínuo, definiu a política tributária sobre a renda, aumentando a alíquota de 21 para 28%, no tempo.

Enquanto aqui, vem do Regime, metas para cortarmos os incentivos fiscais, de 20%, matar o funcionalismo de fome, não fazer concurso, não ter mais triênio, não ter mais promoção vertical nos planos de cargos e salários. Isso não tem meta nenhuma.

Então, Mauro, estou na preliminar mostrando que a maior e mais importante meta, se tiver um Regime de Recuperação Fiscal, é construir um plano estratégico de desenvolvimento econômico numa matriz insumo/produto, com sólido banco de dados. Para um sólido banco de dados, o IBGE tem que botar na rua o censo de 2021 para não haver as discrepâncias que você acabou aqui de apontar. Então, essa é a primeira questão importante que eu enfatizo, dentro da tua abordagem.

Eu queria que você pudesse anotar, na tua listagem de projetos importantíssimos de desenvolvimento econômico para o nosso estado, dois temas. Eu estou aqui com a minha assessoria e já vou pedir para pegar todas as exposições que eu fui e mandar esse material para você. Você considerar a economia do mar e o cluster da indústria naval que está muito bem organizado pelo pessoal aqui do Distrito Naval, pelos almirantes, pelos empresários etc. É uma articulação muito importante porque a economia do mar é um PIB brutal. Não é só petróleo e gás, não.

O SR. MAURO OSÓRIO - Sim, claro!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - A economia do mar como um todo. Até o próprio Jolison, já andou participando dessas conversas e eles esmos estão estruturando uma matriz insumo/produto. Já rodaram numa do Rio Grande do Sul, para ter a sinergia da economia do mar em relação a outros segmentos produtivos em terra. Então, é uma conversa, no meu entendimento, muito importante para a gente colocar nesse nosso planejamento.

Por último, eu só tenho mais cinco minutos, é um outro projeto, a gente fez aqui, uma lei - viu, Deputada Zeidan - que é uma licitação que vai sair no Brasil, espero, provavelmente esse ano, que é a implantação da tecnologia 5G. A tecnologia 5G vai permitir que você possa tentar gerar emprego e criar renda nas periferias com curso de formação e com geração de novos negócios, sem necessariamente precisar de loja física.

A tecnologia 5G vai incrementar a indústria 3D. A tecnologia 5G é importantíssima para o nosso interior, para qualquer novo negócio, que hoje não tem nem a 4G. Agora, que a gente está trabalhando remotamente, Deputada Zeidan, a gente percebe e às vezes eu fico agoniado - e eu não estou em Porciúncula, eu estou aqui na capital - eu fico agoniado porque às vezes tem uma votação importante e a internet cai. A gente leva 15, 20 minutos para voltar. Aí, o socorro do telefone. Isso na cidade do Rio de Janeiro. Então, esse é um outro programa que se conecta com tudo, se conecta com tudo.

A gente fez aqui uma lei - já é lei - e uma sugestão de projeto de lei para os 92 municípios desenvolverem projetos de lei para que facilitem às prefeituras poder licenciar as pequenas antenas, enfim, toda a parafarnália, todos os implementos necessários para que você saia reproduzindo o sinal, quando ele estiver liberado. É um projeto tão grandioso, Deputada Zeidan, que a grande briga, lá no início, que acabou inserindo-se pela vacina no governo Trump, associando aqui ao governo Bolsonaro, foi a disputa dessa tecnologia internacional, porque quem disputa é China e Estados Unidos, veja o tamanho da importância desse negócio, não só no Brasil como no mundo.

Então, queria fazer essas observações, Mauro Osório, e lhe dar dois minutos para suas considerações finais e eu concluir, por favor.

O SR. MAURO OSÓRIO - Está bom. Deputada Zeidan, eu tenho uma plantação pronta aí sobre Maricá e sobre o Leste Metropolitano, eu posso fazer para o seu mandato ou, se quiser fazer com mais alguns deputados, a gente pode estar fazendo também. Estou à disposição. Vai ser ótimo a gente fazer essa discussão e, também, a discussão por regionalização, mas já fica à disposição do seu mandato, da Deputada Martha Rocha, do Eliomar Coelho, enfim, quantos quiserem eu posso estar fazendo individualmente para cada mandato ou com um grupo um pouco maior de deputados da Alerj, se for o caso.

Deputado, essa questão do 5G, se a gente lê o livro feito